

### ■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

#### **CONTRARRAZÃO :**

AO ILUSTRE PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO - RIO DE JANEIRO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 0122/2021  
PROCESSO Nº. 6.964/2020

SENHOR DOS CUPINS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 28.470.673/0001-24, sediada no endereço Avenida Automóvel Club, 4080 – Vilar dos Teles, CEP: 25.565-171, Município de São João de Meriti – RJ, vem, à presença de Vossa Senhoria, por intermédio de seu representante legal, apresentar, tempestivamente, suas

#### **CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO**

Interposto pela empresa Dedetec Serviços de Imunização Ltda, já qualificada anteriormente, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos:

#### **DOS FATOS**

Trata-se de Processo Licitatório – Pregão eletrônico, cujo objeto é a “Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em serviços de DEDETIZAÇÃO para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde pelo período de 12 meses” Grifo nosso.

A Recorrente insatisfeita com a aceitação da proposta e declaração desta Recorrida como vencedora, insurge com alegações frágeis e infundadas, contra ato do Ilustre Pregoeiro, quanto a supostos descumprimentos de itens do edital.

#### **DAS INFUNDADAS RAZÕES DA RECORRENTE**

Em resumo, a Recorrente alega que:

- A pregoeira a desclassificou por ofertar lance superior ao da licitante vencedora;
- A Comissão de Licitação inabilitou a recorrente, informando que o lance deveria ser pelo valor global dos serviços, porém o edital apresentava o item 12.7 e os itens 9.2 e 9.2.1 também mencionam lance pelo valor unitário.

- Que a licitante vencedora, ora recorrida, deixou de apresentar a AFE.

Ora, o que temos aqui é outra tentativa infundada e desesperada da recorrente que deseja conseguir na fase recursal o que não conseguiu na fase de lances, ou seja, não conseguiu ofertar o melhor preço e agora quer culpar o pregoeiro e a Comissão de Licitação pela sua total inobservância e leitura incompleta do Edital.

Da leitura o Edital em questão, observa-se que o mesmo é totalmente claro e inequívoco em seu Preâmbulo, informando que, para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério do tipo MENOR PREÇO e critério de julgamento GLOBAL por item, e, portanto, será considerada mais bem classificada a licitante que, ao final da etapa de lances do pregão eletrônico, tenha apresentado lance cujo valor seja o melhor para a administração e desde que seja exequível.

Com isso, verifica-se que a recorrente não chegou perto das melhores propostas e por isso não foi declarada vencedora.

A recorrente alega que preencheu a proposta pelo valor unitário, assim como apresentou lances durante a sessão por valor unitário.

Ocorre que a recorrente deixou de observar que VALOR UNITÁRIO se refere ao período total de 12 meses, pois em nenhum momento o Edital informou que o valor unitário seria o valor mensal. O que a recorrente fez foi ofertar lance do que seria o valor mensal como valor unitário, de forma totalmente diversa da descrita no Edital.

O item 9.2.1 estabelece que o licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento do valor unitário. Como a presente licitação é um registro de preços para contratação eventual e futura de 1 pelo período de 12 meses é lógico e cristalino como água que o valor unitário a que se refere o item 9.2.1 é unitário referente aos 12 meses, pois do contrário o edital devia prever inserir valor mensal. Portanto, não há que se falar em divergência aqui entre o item 9.2.1 e o item 11.5, pois ambos se referem a um único item (dedetização) pelo período de 12 meses, ou seja valor unitário e global. Com isso, o pedido da recorrente é totalmente descabido devendo ser julgado totalmente improcedente.

Também não há divergência entre os itens 12.7, pois se refere ao valor ofertado dos lances, sendo considerado o menor preço unitário por item, ou seja, é a mesma coisa para todos os itens, pois temos um único item em disputa (dedetização) com um valor (unitário) para 12 meses de serviço, logo, as propostas e os lances devem ser unitário e global. Não enxergamos aqui nenhuma divergência ou dificuldade de interpretação, devendo o pedido da recorrente ser julgado totalmente improcedente.

A recorrente alega ainda, de forma absurda e totalmente descabida que a licitante vencedora SENHOR DOS CUPINS, deixou de apresentar documento, apontando inobservância do subitem 19.6.

Ora, o subitem 19.6 sequer consta do presente instrumento convocatório. O item 19 possui os subitens que vão até o 19.1.5.3 depois passa para o item 20.

Ora, participar de licitações não é para amadores!! Mais uma vez se observa o despreparo da recorrente que sequer leu o edital e pretende a essa altura tumultuar o certame com alegações de ausência de documentos que sequer são exigidos na presente licitação.

Se a recorrente estudasse um pouquinho mais ia verificar que o Edital em questão foi alterado após pedido de impugnação a respeito de se deixar de exigir a apresentação da AFE, sendo a impugnação julgada totalmente procedente, republicando-se o edital excluindo-se a exigência da AFE.

c.

Art. 5º Não é exigida AFE dos seguintes estabelecimentos ou empresas:

- I - que exercem o comércio varejista de produtos para saúde de uso leigo;
- II - filiais que exercem exclusivamente atividades administrativas, sem

armazenamento, desde que a matriz possua AFE;

III – que realizam o comércio varejista de cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes e saneantes;

IV - que exercem exclusivamente atividades de fabricação, distribuição, armazenamento, embalagem, exportação, fracionamento, transporte ou importação, de matérias-primas, componentes e insumos não sujeitos a controle especial, que são destinados à fabricação de produtos para saúde, cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes e saneantes:

Diante disso, verifica-se que a recorrente não estudou o edital, apresentou proposta e lances de forma diversa do previsto no instrumento convocatório e ainda por cima trouxe alegações já superadas quando trouxe exigências que continham no edital que sofreu alterações e foi republicado com as exigências permitidas na Lei e nas Normativas emitidas por órgãos reguladores.

#### DO PEDIDO

Em face do exposto, restou provado que as fases de lances foram realizadas no rigor das leis e do Edital e que a recorrida, ofertou a melhor proposta e apresentou toda a documentação exigida no Edital.

Requer seja completamente indeferido o recurso proposto pela DEDETEC em função das infundadas alegações, bem como sejam aceitas as argumentações aqui demonstradas para que seja mantida a decisão que declarou SENHOR DOS CUPINS, vencedora do certame, fazendo-se justiça.

Requer ainda, dar prosseguimento nas demais fases de adjudicação e posterior homologação do objeto licitado.

Nestes Termos,

Pede deferimento

São João de Meriti, 8 de agosto de 2022.

ALAN DIAS DA SILVA

CRC/RJ 099537-03

CPF: 081.319.037-10

**Fechar**